

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

**Agroecologia em regiões periurbanas: Perspectivas de desenvolvimento em
Parelheiros - SP**

NICOLE DE SOUSA

ORIENTADORA: ZILMA BORGES

São Paulo – SP

2020

Resumo

Resumo

O tema central desta pesquisa é o desenvolvimento da agroecologia em regiões urbanas e periurbanas. Como objetivo central esta pesquisa se propõe a compreender as perspectivas das políticas públicas voltadas à Agroecologia no Brasil e analisar as contribuições de programas municipais de apoio à agroecologia na região de Parelheiros em São Paulo. A metodologia adotada nesta pesquisa teve enfoque qualitativo a partir de dados secundários, realizada por meio de análise documental e estudo bibliográfico e levantamento de dados primários. Com os resultados da pesquisa pode-se verificar que as políticas públicas federais ligadas à produção agroecológica estão muito fragilizadas e a tendência aponta para um enfraquecimento ainda maior. A partir disso, as políticas de âmbito regional e local tornam-se fundamentais, inclusive pela sua capacidade de ação territorial. Para além disso, foi possível perceber a importância da agroecologia no que tange à oferta de alimentação saudável, segurança alimentar e nutricional da população e também de oportunidades para agricultores e agricultoras de Parelheiros. Como principais resultados de pesquisa destaca-se que a implementação de programas recentes pela Prefeitura de São Paulo tem potencial para facilitar a relação entre produção e consumo, mas a organização social dos agricultores, com iniciativas de ação social e estruturação de demandas, mostra-se fundamental para o êxito dos programas. Por fim, confirma-se ainda o papel de técnicas não convencionais de plantio para preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. O estudo realizado permitiu também ampliar o conhecimento sobre políticas públicas ligadas a agroecologia no Brasil e compreender o papel da agricultura agroecológica enquanto vetor de desenvolvimento em Parelheiros.

Palavras-chaves: Agricultura Urbana, Agroecologia, Agricultura Familiar, Políticas Públicas.

Sumário

1.0 Introdução.....	4
2.0 Agricultura e Agroecologia no Brasil.....	8
3.0 Descrição e análise dos resultados de pesquisa: Políticas Públicas para fomento à Agroecologia.....	19
3.1 Programas municipais direcionados ao desenvolvimento da agroecologia em Parelheiros.....	24
3.2 Ligue os Pontos: apoio a iniciativas e projetos sociais em andamento.....	25
3.3 Programas e serviços públicos em ação em Parelheiros.....	28
3.4 Atores no cenário da Agroecologia em Parelheiros.....	29
3.5 Perspectivas e desafios para a agroecologia em Parelheiros.....	34
4.0 Considerações finais	36
5.0 Referências.....	38

1.0 Introdução

O tema central desta pesquisa é o desenvolvimento da agroecologia em regiões urbanas e periurbanas. Mais especificamente, busca-se compreender as demandas originadas da adoção da agroecologia como vetor de desenvolvimento local e as perspectivas apontadas pelas políticas públicas que incidem em um determinado território. A discussão da produção agroecológica na agricultura brasileira se relaciona a questões como as da segurança alimentar, redução de impacto ambiental, uso de agrotóxicos, agricultura familiar, saúde e alimentação saudável e também a fatores históricos sobre propriedade e usos da terra.

O Brasil é historicamente marcado pela alta concentração de terras. Os ciclos econômicos mais relevantes do país pautaram-se pela monocultura e grandes propriedades voltadas para a exportação, geralmente em função das demandas do mercado internacional. Esta é ainda uma das grandes questões presentes no país, sendo que o levantamento do Censo Agropecuário de 2017 revela que a concentração de terras tem aumentado a cada ano (IBGE, 2017).

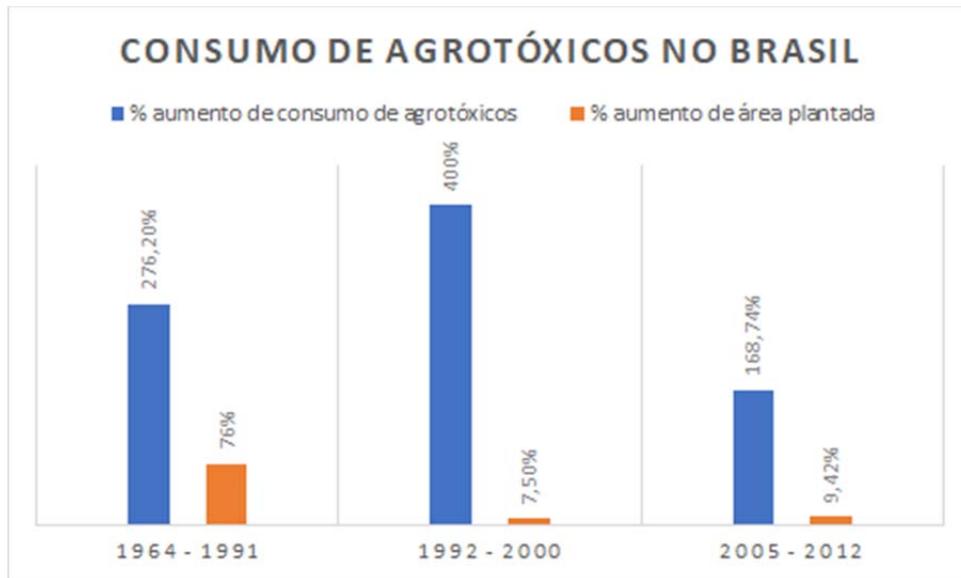
Por outro lado, de acordo com Censo Agro 2017, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, ou seja, a segurança alimentar do país depende diretamente da agricultura familiar que, especialmente nos últimos governos, tem sido deixada em segundo plano na agenda pública.

Em contrapartida à relevância da agricultura familiar para a segurança alimentar do país, o Plano Safra (2017 - 18) ofereceu R\$ 200 bilhões para a agricultura convencional e apenas R\$ 30 bilhões para a familiar (Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) (MAPA, 2019).

Além do orçamento restrito, a degradação do solo por erosão e esgotamento do solo, frutos das formas não sustentáveis de cultivo e do desmatamento irresponsável, limitam ainda mais a capacidade produtiva de bens alimentícios no país.

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) são registradas por ano cerca de 25 milhões de casos de intoxicação por agrotóxicos e quase 20 mil mortes. Outro problema grave é o registrado pela Fundação Oswaldo Cruz (2014) a respeito das populações que são mais vulneráveis ao uso de agrotóxicos, como os trabalhadores e moradores de áreas

rurais, trabalhadores de campanhas de saúde pública e de empresas de dedetização, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A contaminação e a vulnerabilidade têm como variáveis as formas de exposição que podem ser via alimentos, ar ou água.



Fonte: Censo Agropecuário 2017

O Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelou um aumento substancial no consumo de agrotóxicos na relação área plantada *versus* a utilização de agrotóxicos nos plantios. Segundo dados estatística o Brasil usa 400% a mais de venenos que toda União Européia. A flexibilização da legislação brasileira para entrada e venda de pesticidas de multinacionais estrangeiras torna o país ecologicamente vulnerável com governos que não priorizam a saúde da população e a preservação do meio ambiente (Adams et all, 2020; IBGE, 2017).

Em contrapartida, no Brasil, houve um aumento de 20% no mercado de orgânicos no último ano segundo Cobi Cruz, diretor de Branding do Organics (Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável). De acordo com Cobi, a agricultura orgânica possibilita uma margem de lucro maior para os produtores (de 22% a 35%) em relação à agricultura convencional. Existem também outros ganhos embutidos na produção de orgânicos pela não utilização de venenos que podem compensar os custos mais altos, como por exemplo a preservação de suas terras para os produtores e uma alimentação saudável para os consumidores.

A agroecologia é a prática da agricultura de base ecológica, que dispensa ou minimiza o uso de agrotóxicos. É um modelo de produção de alimentos que respeita os processos

naturais de um ecossistema, para diminuir os impactos no meio ambiente e na vida humana. Em 2010 a ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou um relatório assegurando que a agroecologia pode aumentar a renda dos agricultores familiares e inverter a tendência de perda da biodiversidade e demais impactos ambientais causados pela agricultura industrial convencional. O relatório ainda enfatizou que produzir sem agrotóxicos não só é possível, mas também necessário.

Trata-se de um manejo da terra e do que é cultivado que visa resgatar as formas originais de manutenção do meio ambiente nas quais, por meio da diversidade e da dinâmica natural entre as espécies de flora e fauna, o meio funciona de maneira orgânica e sustentável.

Nesta pesquisa definiu-se a região de Parelheiros em São Paulo como foco de estudo pelo interesse de compreender a dinâmica da agroecologia no entorno de uma grande cidade e pela possibilidade de compreender quais políticas públicas têm sido direcionadas para incidência neste território. Além disto, há um programa em processo de implementação pela Prefeitura de São Paulo que prevê o fomento da agroecologia no território. O Projeto Ligue os Pontos visa fomentar a agricultura familiar na Zona Sul de São Paulo com o propósito central de garantir que os terrenos cultiváveis sejam protegidos do avanço da cidade e também incentivar o acesso a alimentos de qualidade. O projeto tem iniciativas ligadas à produção, à comercialização e ao processamento de alimentos visando proteger o uso do solo e os habitantes em situação de vulnerabilidade na região.

O distrito de Parelheiros situa-se na zona rural da região sul do município de São Paulo, e tem a agricultura familiar como uma importante atividade econômica. Em termos geográficos o território possui bons recursos hídricos, a totalidade do território está inserida em uma Macrozona de Proteção Ambiental e abriga as APAs – Área de Proteção Ambiental Capivari-Mono e Bororé-Colônia definidas pela Lei nº 13.136, de 9 de junho 2001 e Lei nº 13.706, de 06 de janeiro de 2004.

Distrito	Área (km²)	População (2010)	Densidade (Hab/km²)	Demográfica
-----------------	----------------------------------	-----------------------------	---	--------------------

Parelheiros	153,50	131.183	855
--------------------	---------------	----------------	------------

Fonte: Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo

Diante da discussão acima desenvolvida e das perspectivas de desenvolvimento da agroecologia com o apoio de políticas públicas que incidirão na região de Parelheiros, a seguinte questão direciona o estudo: Qual o atual cenário das políticas públicas para a Agroecologia no Brasil e quais as contribuições possíveis das políticas públicas municipais para fomento a este tipo de produção na região de Parelheiros em São Paulo?

Como objetivo central desta pesquisa se propõe a compreender as perspectivas das políticas públicas voltadas à agroecologia no Brasil e analisar as contribuições de políticas e programas municipais de apoio à agroecologia na região de Parelheiros em São Paulo.

Para complementar as análises, definiu-se também os seguintes objetivos específicos:

Levantar e discutir as tendências apontadas pelas políticas públicas federais relacionadas à agroecologia desde 2003, primeiro período do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Analisar as perspectivas apontadas para a agroecologia pela PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no estado de São Paulo.

Em relação à metodologia utilizada, a pesquisa teve caráter qualitativo e exploratório, com análise documental, revisão bibliográfica e levantamento de dados primários.

Além da apresentação acima iniciada, a fundamentação teórica desta pesquisa é pautada em autores de referência para o estudo da agroecologia e agricultura urbana como Bonnal (2008;2011;2013), que traz uma contribuição do Observatório de Políticas Públicas da Agricultura-OPPA/CPDA-UFRRRJ; Favareto (2006;2010;2015) com uma produção relacionada ao desenvolvimento territorial e Altieri (1987;2001;2004) com foco na agroecologia.

A análise das políticas públicas foi obtida a partir de dados secundários quanti e qualitativos publicados por entidades como Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Junto a estes órgãos federais, foram consultadas a legislação e regulamentações do Governo do Estado e Prefeitura de São Paulo para a segurança alimentar, produção agrícola de pequeno porte, agricultura familiar e agroecologia.

Além disto, foi realizado um acompanhamento dos acontecimentos mais recentes através de notícias de revistas e jornais sobre desdobramentos políticos no país e atualizações sobre a prefeitura regional de Parelheiros e a entidades que atuam na região, especialmente o Projeto Ligue os Pontos.

Para compreender aspectos sociais e econômicos que englobam a questão da agroecologia no território e seus impactos na região foram levantados dados primários a partir de entrevistas realizadas pelo Instituto Escolhas realizadas com Nicole Gobeth, gestora do Projeto Ligue os Pontos, e depoimentos colhidos do encontro virtual promovido pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) Regional São Paulo realizado em 4 de agosto sobre a produção de alimentos em São Paulo.

2.0 Agricultura e Agroecologia no Brasil

O conceito de agroecologia surge em 1930 com o inglês Albert Howard, com a ideia da ecologia aplicada à agricultura. Depois disto, no contexto pós Segunda Guerra muitas organizações multinacionais que em geral tinham suas sedes em países com a economia voltada para produção de bens de capital, ocuparam-se em aproveitar tecnologias desenvolvidas na indústria da guerra no setor da agricultura a fim de gerar capitalização e modernização.

Na década de 1960, é que a questão ganha maior evidência com o surgimento da temática da “consciência ambiental” em função das consequências do modelo convencional de produção e exploração dos recursos naturais. Os estudos acerca da temática agroecológica ganham forças a partir da década de 1970 especialmente em função de movimentos da sociedade civil. Em 1974, por exemplo, ocorre o 1º congresso internacional de ecologia na Holanda no qual são apresentadas análises de agroecossistemas.

De acordo com Altieri (1989), um dos autores principais sobre o tema, “sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais”. Já Gliessmann (2001) entende a agroecologia como a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.

A contribuição de Feiden (2005) acrescenta aspectos que definem mais claramente a natureza científica destes métodos

o emprego mais antigo da palavra agroecologia diz respeito ao zoneamento agroecológico, que é a demarcação territorial da área de exploração possível de uma determinada cultura, em função das características edafoclimáticas necessárias ao seu desenvolvimento. [...] Consideramos que a agroecologia é uma ciência em construção com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas (mesmo que, às vezes, sejam métodos não-convencionais) (Feiden, 2005, p. 50-70).

A linha de evolução das políticas públicas e o direcionamento dado pelo governo brasileiro para a agricultura de pequeno porte envolveram diversas fases, de avanço e retrocesso na relação entre alimentação e agricultura.

Nas décadas de 1960 e 1970 chega à América Latina o conceito da chamada “Revolução Verde”. A suposta modernização das práticas agrícolas incluiu a mecanização do

campo e o uso demasiado de agrotóxicos. A “modernização” foi conservadora em certo sentido, porque manteve a estrutura agrária do latifúndio, a monocultura e a priorização das demandas internacionais e dos interesses de multinacionais do setor. Nas décadas de 1980 e 1990, com o ajuste estrutural e a diminuição do papel do Estado “na regulação da competição do campo, bem como a reestruturação do setor agropecuário em direção às normas de mercado” - a seguir o avanço da teoria neoliberal-, estabeleceu-se “uma nova rodada de modernização da estrutura produtiva” da agricultura, visando adequá-la rapidamente “ao contexto da reinserção econômica do Brasil no cenário internacional” (Pochmann, 2008:149).

Em 2003, durante o governo Lula, foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário. A Secretaria surgiu com a proposta de apoiar o pequeno produtor, orientando práticas sustentáveis e economicamente viáveis. Outro marco relevante para a agroecologia em nível federal foi a Lei nº 11.326/2006 que conceituou “Agricultura Familiar” e “Empreendimentos Familiares Rurais” como categoria econômica, diferenciando-os do agronegócio e valorizando práticas agrícolas tradicionais.

Em 2010 a alimentação foi incluída como um direito social no artigo 6º da Constituição graças a uma campanha do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e movimentos sociais organizados com este fim.

O trajeto das políticas públicas de agroecologia no Brasil está diretamente vinculado ao da agricultura familiar, que abarcou os primeiros passos da agroecologia, facilitando a expansão destes tipos de ideais. Existem três gerações de políticas públicas impactando a agricultura familiar na América Latina (Sabourin, 2014). A primeira aconteceu entre os anos de 1950 e 1980 e foi mais ligada a acesso à terra e reforma agrária, associadas, com mais ou menos intensidade, a instrumentos de crédito rural e de assistência técnica. A segunda fase define-se entre a década de 1990 até 2014 e corresponde a políticas específicas ou focalizadas na agricultura familiar. Já a terceira geração engloba políticas de aspectos globais de segurança alimentar e nutricional e também abrange temas ligados a meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e combate à pobreza, não sendo voltadas diretamente à agricultura familiar (Sabourin, 2018).

O Brasil tem um histórico reconhecido no que tange a práticas agroecológicas articuladas a atores sociais. Parte deste sucesso está associada à trajetória de movimentos sociais, sindicais, profissionais e estudantis que, desde os anos 1970, impulsionaram discussões e práticas vinculadas à agricultura alternativa.

Em virtude da crescente capacidade de articulação em rede destes atores, eles conseguiram levar a agroecologia para dentro da agenda do Estado, impactando, sobretudo, os referenciais que orientaram a construção de políticas para a agricultura familiar (Assis et al., 2019).

Agricultura sustentável tem como um princípio ser ambientalmente sadia, isto é, que proteger e recuperar os recursos naturais, no sentido de prevenir a degradação do solo, preservar a biodiversidade, e manter a qualidade do solo e da água. Uma definição possível de agroecologia é de que se trata de um campo de conhecimento multidisciplinar com a articulação de diversos especialistas, que oferecem princípios e conceitos ecológicos para o desenvolvimento de sistemas que potencializam os fluxos e ciclos naturais, ao interagir saberes antigos com os conhecimentos de diferentes ciências, constituindo-se num referencial teórico, que ganha caráter concreto quando aplicado às realidades locais, validando seus princípios, ponderando e enriquecendo sua teoria através de experiências pontuais com os agricultores e técnicos envolvidos, na construção de conhecimento de forma participativa (EMBRAPA, 2006; Caporal, 2009a).

A disseminação de ideias agroecológicas inicia-se nas décadas de 1970 a partir da criação de redes de agricultores locais e movimentos sociais ligados à causa. Em 1989, o Grupo de Agricultura Alternativa da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo fundou a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), com a adesão de produtores, agrônomos, técnicos e consumidores de seis estados brasileiros. A AAO esteve envolvida em ações com o movimento agroecológico do Brasil e da América Latina, mas ela tinha, também, uma atuação local expressiva no Estado de São Paulo, o que levou à criação da Comissão Técnica de Agricultura Ecológica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Costa, 2019).

Apesar das movimentações da sociedade civil, a institucionalização de políticas públicas voltadas à temática da agroecologia começou nos anos 1990. Já a incorporação jurídica, com a criação e debate de projetos de lei se deu a partir de 2010. Em 2012 é instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) pelo Decreto no 7.794/2012, graças a mobilização de movimentos sociais voltados à implementação de técnicas alternativas à agricultura convencional. A PNAPO recebeu da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 2018 o prêmio “Future Policy Award”, que reconheceu a iniciativa como uma das melhores existentes. Vale ressaltar que a PNAPO contou com elementos concretos para tais avanços e reconhecimento que são a criação de uma estrutura de governança original e inovadora composta pela Câmara

Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), bem como a instrumentalização da política, a partir de 2013, por meio do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO), o qual foi atualizado e revisado em 2016 (II PLANAPO) (Schmitt et al., 2017).

Atualmente a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo define Agroecologia como

uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável. A abordagem agroecológica da produção busca desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 2019).

Ainda que as administrações estaduais tenham ferramentas internas e poder jurídico para criar e implementar leis, o contexto nacional exerce forte influência e há também a necessidade de estabelecer conexões políticas para firmar aliados nas assembleias locais. Por exemplo, no estado de São Paulo, o projeto de lei foi apoiado pela Frente Parlamentar em Defesa da Produção Orgânica e Desenvolvimento da Agroecologia, fruto de uma iniciativa criada em março de 2013, a qual envolveu cerca de 50 parlamentares de diferentes correntes ideológicas e 60 organizações da academia e sociedade civil para debater caminhos para institucionalizar a política estadual (Assis, et all 2019).

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi criada em 2002, segundo o site oficial do projeto “a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de

fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural”. Trata-se, portanto de uma rede transversal que atua influenciando o debate e propondo ações em conexão com os conselhos municipais.

A ANA funciona hoje com vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. As aproximações que permitiram uma articulação como essa implica entender o processo de aparecimento da agroecologia como um problema público (Cefai, 2002) e a ação coletiva construída, e como essas questões se refletiram na formação e construção do campo agroecológico (Bensadon, 2019).

Em 2002 aconteceu o I Encontro Nacional de Agroecologia no qual colocou-se em pauta o movimento agroecológico e a identificação de seus atores, tendo ampla participação de acadêmicos e movimentos sociais ligados à causa. A ANA é criada após esse encontro por lideranças da comissão organizadora deste. O I ENA foi facilitador da ANA já que seus colaboradores já estavam articulados e graças ao diagnóstico inicial elaborado no encontro foi possível estabelecer melhor as condições e movimentações dos atores do movimento e de que forma poderiam influenciar na esfera pública especialmente no cenário de eleições federais e estaduais da época.

De forma mais propositiva do que até então a pauta da agroecologia indicava, a criação da ANA permitiu e buscou uma maior ação coletiva dos atores da agroecologia, cuja trajetória visitada mostra uma contínua construção sobre oportunidades políticas, a partir da leitura compartilhada de cenários a cada conjuntura política, no objetivo de mobilizar consensos e ações (Cefai & Trom, 2008).

Em 2006 acontece o II ENA no qual a oposição ao agronegócio intensifica-se, de acordo com Bensadon “aquele momento também expressou a pressão e as expectativas sobre as políticas públicas para a ampliação da proposta agroecológica, dada a oportunidade de interferência e construção junto ao governo federal sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT)”.

A ANA se colocou como formuladora e difusora da agroecologia, sem expressar discontinuidades entre os movimentos sociais e a política institucional, apontando escolhas estratégicas frente aos seus recursos, oportunidades e restrições (Mcadam et al., 2009).

O atual contexto político brasileiro vai na contramão do processo democrático acenando para a agenda neoliberal. Abre-se outro momento político para os atores da ANA, as quais podem ou não potencializar a confluência política entre as suas organizações e pressionar por práticas democráticas e participativas, ou ainda, frente ao recuo de oportunidades políticas no âmbito institucional, o que pode novamente modificar a construção deste frame agroecológico (Bensadon, 2019).

Desafios da implementação Agroecologia como técnica

A agroecologia traz de maneira simples os princípios ecológicos básicos em prol da realização de um embasado estudo teórico e para fins de tratamento e recuperação dos ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores de recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri; 2004). Buscando estimular a adoção de práticas sustentáveis de produção, contribui decisivamente para a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, bem como para a ampliação e regularização da oferta de água. (PLANAPO, 2013).

Apesar do crescente interesse da agenda política na agroecologia e produção orgânica, o impacto desse movimento na agricultura brasileira requer uma “estratégia de ação continuada de longo prazo para que se viabilize os objetivos de uma política tão inovadora e ampla como a PNAPO” (Trovato et al., 2017).

A Agroecologia traz consigo a expectativa de toda atividade agrícola em prol da agricultura, seja capaz trazer benefícios e fazer bem aos homens e ao meio em que este vive, afastando este de toda orientação dominante da agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, de certa forma agressiva ao Agroecossistema e o meio ambiente como um todo, que traga exclusão do ponto de vista social e de uma maneira ou de outra leve consigo dependência econômica. (Caporal; Costabeber; 2003).

Assim, fica clara a intenção da agroecologia de fomentar desenvolvimento social e econômico mas também construir práticas agrícolas sustentáveis benéficas ao meio ambiente. No entanto, há certa dificuldade em analisar os reais impactos que as práticas agroecológicas têm para o meio ambiente como, por exemplo, degradação do solo e contaminação dos recursos hídricos, a produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes (Altieri; 2004).

Altieri (2004) define etapas da transição agroecológica de maneira mais técnica, o que é importante para uma visão mais prática de como a agroecologia deve ser implementada, sendo elas:

<p>1. Conservação e regeneração dos recursos naturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Solo: controle de erosão, fertilidade e saúde das plantas; ● Água: captação, conservação in situ, manejo e irrigação; ● Germoplasma: prezar por espécies nativas de plantas e animais.
<p>2. Manejo dos recursos produtivos,</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Diversificação temporal, espacial, genética e regional; ● Reciclagem dos nutrientes e matéria orgânica; ● Regulação biótica: controle biológico natural e artificial.
<p>3. Implementação de elementos técnicos (levantamento teórico e documental)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Definição de técnicas de regeneração, conservação e manejo de recursos adequados às necessidades locais e ao contexto agroecológico e socioeconômico; ● Nível de implementação pode ser o da microrregião, bacia hidrográfica, unidade produtiva ou sistema de cultivo; ● Implementação orientada por uma concepção holística (integrada); ● Estratégia de acordo com a racionalidade camponesa, incorporando elementos do manejo tradicional de recursos.

(ALTIERI, 2004, p. 25)

Deve haver, por tanto a problematização se, de fato, essas práticas são adotadas no espaço de campo analisado, isto é, questionar se as técnicas estabelecidas como referências vêm sendo contempladas.

Agroecologia versus agricultura orgânica

No Brasil, 90% da produção de alimentos orgânicos são produzidos pela agricultura familiar, o que pode ter colaborado para a falsa ideia de que os conceitos são sinônimos (Azevedo e Rigon, 2014 apud Matuk, 2015).

O sistema de produção orgânico transita praticamente no mesmo contexto do sistema de produção agrícola agroecológico, com diretrizes alinhadas no que diz respeito a um manejo que exclui o uso de agroquímicos, hormônios sintéticos e transgênicos, é restrito a utilização de adubos químicos, e pratica ações de conservação dos recursos naturais levando

em consideração aspectos éticos nas relações sociais internas da propriedade (Khatounian, 2001; Muñoz, 2016).

Modelo	Vantagens	Desvantagens
Agricultura Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação dos recursos naturais - Produção de alimentos saudáveis e de maior qualidade - Baixo impacto ambiental - Manutenção da biodiversidade - Uso de adubos naturais - Policultura - Solo saudável e rico em nutrientes. - Criação de associações e cooperativas - Não a utilização de adubos químicos - Produz alimentos nutritivos e saudáveis - Promove o abastecimento imediato das famílias agricultoras - Produz alimentos sem aditivos químicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais demorada - Baixa produtividade, se comparada a agricultura tradicional - Pequenos impactos ambientais em decorrência do uso pesticidas e agrotóxicos de origem orgânica - Produtos mais caros que os convencionais - Interação dinâmica entre as partes
Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> - Resgata as bases tecnológicas, econômicas e sociais - Atua com o conhecimento tradicional - mantém o homem no campo - Atua na preservação ecológica - Criação de associações e cooperativas - Não a utilização de adubos químicos - Prática ações de conservação dos recursos naturais - Preza por aspectos éticos em relações sociais internas a propriedade - Não agride o meio ambiente - Menores gastos com produção - Maiores ganhos a curto e longo prazo - Produz alimentos nutritivos e saudáveis, garantindo a dinâmica dos ciclos de resiliência da natureza - Abastecimento imediato das famílias agricultoras - Produz alimentos sem aditivos químicos - Não degrada o solo ao passo que se produz - Restaura a autoregulação gerando sustentabilidade e equilíbrio ao solo - Realiza práticas saudáveis sob o ponto de vista ecológico 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção em menor escala

Fonte: Edegar Ferrarezi Junior

ATER

O conceito de extensão rural não é óbvio e sofreu transformações variando de acordo com o contexto histórico.

[...] extensão rural ou agrária foi entendida como, uma deliberada intervenção, de natureza pública ou privada, num espaço rural dado (uma fazenda, uma comunidade, um povoado, uma microbacia hidrográfica, etc.), realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrosilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Se trata, pois, de uma intervenção intencionada, movida por objetivos normativos e levada a cabo através de um processo comunicativo que envolve inúmeros atores, possuidores de diferentes conhecimentos e situados em posições assimétricas de poder (Caporal, F.; 2004).

Peixoto entende como rasas as definições do termo e propõe, então, que o conceito de extensão rural seja interpretado em três diferentes esferas. A primeira trata-se do termo como processo que é entendido como um *processo* de comunicação, transmissão de conhecimentos e educação, não necessariamente técnica. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica (Peixoto, 2008). Vale ressaltar aqui que o termo extensão rural diferencia-se de assistência técnica já que esta não necessariamente tem cunho educativo, em geral serve para resolver problemas pontuais e específicos.

Já a segunda possibilidade de interpretação é de extensão rural enquanto *instituição* ou *organização*, nesse sentido o conceito é entendido como organizações estatais prestadoras dos serviços de Ater.

A última esfera de entendimento trata do conceito de extensão rural como política pública, isto é, são políticas estruturadas pelos governos que se utilizam de instrumentos legais mas que podem ser implementadas também por instituições privadas. É sobretudo à aplicação deste terceiro sentido do termo extensão rural que o presente Estudo se dedica, uma vez que, no sentido de processo, já há muitos trabalhos realizados (embora a necessidade da

ampliação e renovação de tais estudos nunca se esgote), assim como sobre as instituições estaduais de Ater e sua história (Peixoto, 2008).

O quadro abaixo indica as possibilidades de financiamento para promoção de ATER versus os provedores do serviço.

		Fonte de financiamento para o serviço				
Provedor do serviço		Setor Público	Setor Privado: Produtores	Setor Privado: Empresas	Terceiro Setor: ONGs	Terceiro Setor: organizações rurais (OR ¹)
	Setor Público:	(1) Serviços de extensão do Setor Público, sem taxas, diferentes graus de descentralização	(5) Serviços de extensão baseados em subsídios públicos	(9) Companhias privadas contratam <i>staff</i> técnico de serviços públicos de extensão	(12) ONGs contratam <i>staff</i> técnico de serviços públicos de extensão	(16) ORs contratam <i>staff</i> técnico de serviços públicos de extensão
	Setor Privado: Empresas	(2) Contratos financiados publicamente para provedores privados de serviços	(6) Companhias privadas provêem serviços pagos de extensão	(10) Serviços inclusos: empresas provêem informação com a venda de insumos e equipamentos ou marketing de produtos	(13) ONGs contratam <i>staff</i> técnico de provedores de serviços privados	(17) ORs contratam <i>staff</i> técnico de provedores de serviços privados
	Terceiro Setor: ONGs	(3) Contratos financiados publicamente para ONGs	(7) Serviços pagos pelos produtores, contratados de ONG'S	(11) Companhias privadas contratam <i>staff</i> técnico de extensão ONGs	(14) ONGs contratam seu próprio <i>staff</i> técnico e fornecem serviços gratuitos	
	Terceiro Setor: organizações rurais (OR)	(4) Contratos financiados publicamente para OR's	(8) Advisory service staff hired by FBO, farmers pay fees		(15) ONGs financiam <i>staff</i> de serviços de extensão contratado a OR's	(18) ORs contratam seu próprio <i>staff</i> de extensão e provêem serviços gratuitos aos membros

Fonte: Anderson (2007). Traduzido pelo autor.

Já o quadro a seguir, diferencia características entre extensão rural convencional e agroecológica. Fica claro o papel social e ambiental que a segunda possui.

Quadro 4. Alguns elementos para a comparação entre tipos de extensão

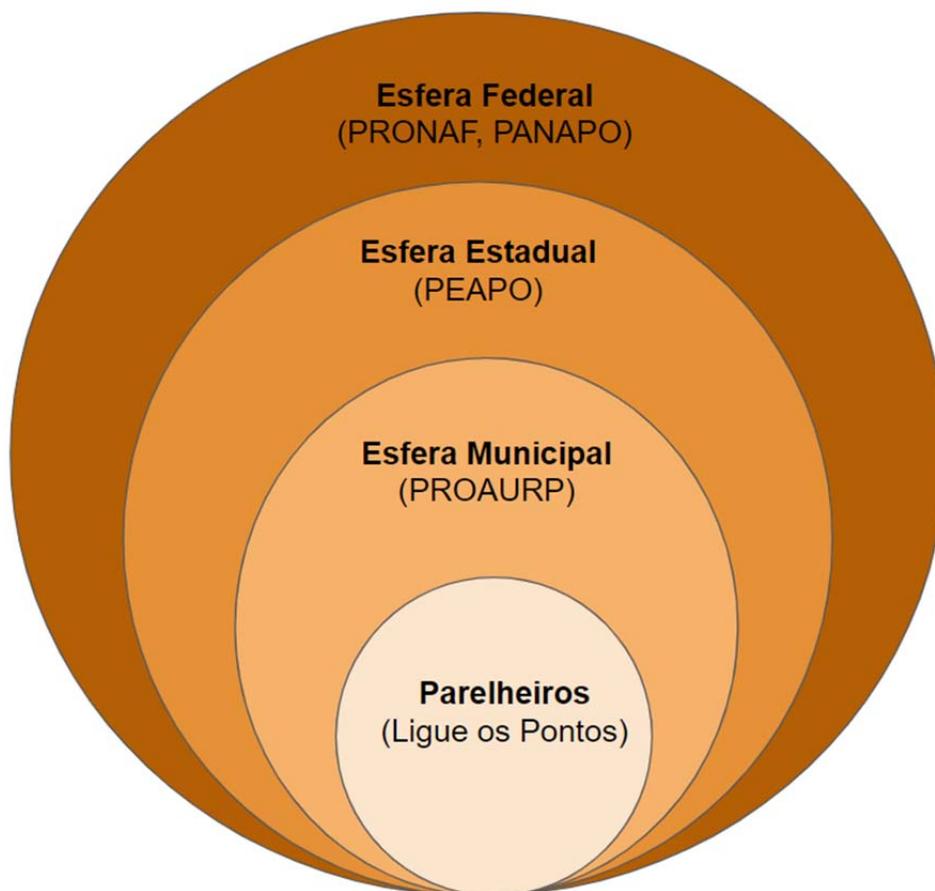
Indicadores	Extensão Rural convencional	Extensão Rural Agroecológica
Bases teóricas e ideológicas	Teoria da Difusão de Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar.	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principal objetivo	Econômico. Incremento de renda e bem estar mediante a transferência de tecnologias. Aumento da produção e produtividade.	Ecosocial. Busca de estilos de desenvolvimento sócio-economicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre meio ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade. Aplicação de técnicas de conservação.	Base de recursos que deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão da agricultura	Aplicação de técnicas e práticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a co-evolução das culturas e dos agroecossistemas.
Agricultura sustentável	Intensificação verde. Aplicação de tecnologias mais brandas e práticas conservacionistas em sistemas convencionais.	Orientação agroecológica. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e diferentes culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assessoramento técnico. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa
Comunicação	De cima para baixo. De uma fonte a um receptor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de plataformas de negociação.
Educação	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas. Induzir ao cambio social.	Democrática e participativa. Incrementar o poder dos agricultores para que decidam.
Papel do agente	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas. Assessor técnico.	Facilitador. Apoio à busca e identificação de melhores opções e soluções técnicas e não técnicas

Fonte: Caporal, 2004.

3.0 Descrição e análise dos resultados de pesquisa: Políticas Públicas para fomento à Agroecologia

Essa seção abrange os resultados obtidos com a pesquisa e apresenta algumas das políticas públicas já levantadas, que se relacionam ao governo federal, estadual e municipal em São Paulo.

O esquema abaixo sintetiza os projetos ligados à agroecologia, nos três níveis de governo:



Título: Agroecologia e Políticas Públicas do macro ao micro

Fonte: elaboração própria

PNAPO

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) tornou-se vigente em 2012 com o Decreto nº7794. Segundo o site oficial de Agroecologia do Governo Federal, a PNAPO tem por objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando melhoria de qualidade de vida à população por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

Em 2012, ainda no governo Dilma, aparece no Brasil a chamada Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) a qual articulam-se diversos colaboradores como ministérios, coordenados pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), e sociedade civil, estruturada através da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção orgânica (CNAPO) a qual era coordenada pela Secretaria da

Presidência da República. As ações foram conduzidas a nível federal de acordo com o 1o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO I), para o período de 2012 a 2015 (Sambuichi et al., 2017).

Em 2015 acontece o PLANAPO II (2016-2019) que mal foi implementado dado que a mudança de governo com o impeachment de Dilma redirecionou algumas políticas públicas ligadas a práticas de agricultura alternativa. Desde o início do governo Temer (maio de 2016), o país sofreu uma brutal desconstrução de políticas de apoio à agricultura familiar (De Mattos, 2017; Mattei, 2018; Sabourin, 2018).

[...] A América Latina passou por uma onda de tomada de poder de governos mais conservadores e neoliberais desde 2012, até mediante golpes de estado institucionais como no Paraguai, Honduras, Brasil (CELAG, 2017) [...]. Existe ainda muito poucos trabalhos de pesquisa analisando esse fenômeno (Mouterde, 2016 ; Schmit, 2018).

Em 2016, a Medida Provisória 726 (MP 726) extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), esse foi um marco do desmonte das políticas públicas voltadas para, não apenas para a agroecologia, mas também agricultura familiar e orgânica, competências que, entre outras, cabiam ao MDA.

O atual governo Bolsonaro segue com o desmonte. Já no início do governo houve a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que era um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sisan (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), como definido na página oficial do antigo programa. Dessa maneira, pode-se considerar um retrocesso do ponto de vista representativo e institucional na agenda pública no que tange o movimento agroecológico. Ainda em 2019, por meio do Decreto no 9.784, houve a extinção da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO, (instituída pelo Decreto nº 7.794, de 2012) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), que eram mecanismos de participação da sociedade na elaboração e acompanhamento do Plano e da Política de Agroecologia. Com o

desmonte na esfera federal, as Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPOS) já institucionalizadas tornam-se protagonistas na luta pela manutenção e extensão de políticas públicas voltadas para a agroecologia.

Institucionalização das PEAPOS

Segundo relatório feito pela Red Políticas Publicas y Desarrollo Rural en América Latina y el Caribe (PP-AL) de março de 2019 (Construção das políticas públicas para agroecologia nos estados federados do Brasil, Primeiros resultados), existem quatro dimensões que podem ser consideradas no processo de institucionalização das PEAPOS:

- Uma trajetória mais longa de construção de programas e ações em favor da agroecologia e da produção orgânica em certos estados (RS, DF, PR) e continuidade da dinâmica da política nacional da PNAPO em outros, com dificuldades para estabelecer transversalidades e mecanismos de coordenação entre os diferentes instrumentos.
- A diversidade dos mecanismos de institucionalização (marcos jurídicos, instrumentos, instâncias de participação e controle social) coloca desafios para uma estruturação dentro de um marco de referenciais coerente para orientar a ação das instituições.
- As instituições/organizações envolvidas nessa construção internalizam e manejam essa participação e os engajamentos que implica segundo várias modalidades, mas todas não conseguem influenciar o conteúdo da política ou a integrar as instâncias de governança ou de implementação da PEAPO.
- A construção das PEAPOS, no entanto, tem tido efeitos estruturantes para a promoção da agroecologia: colocação na agenda e no debate público, legitimação, mobilização de atores e capacidade de influenciar o desenho e as formas de execução de certos instrumentos.

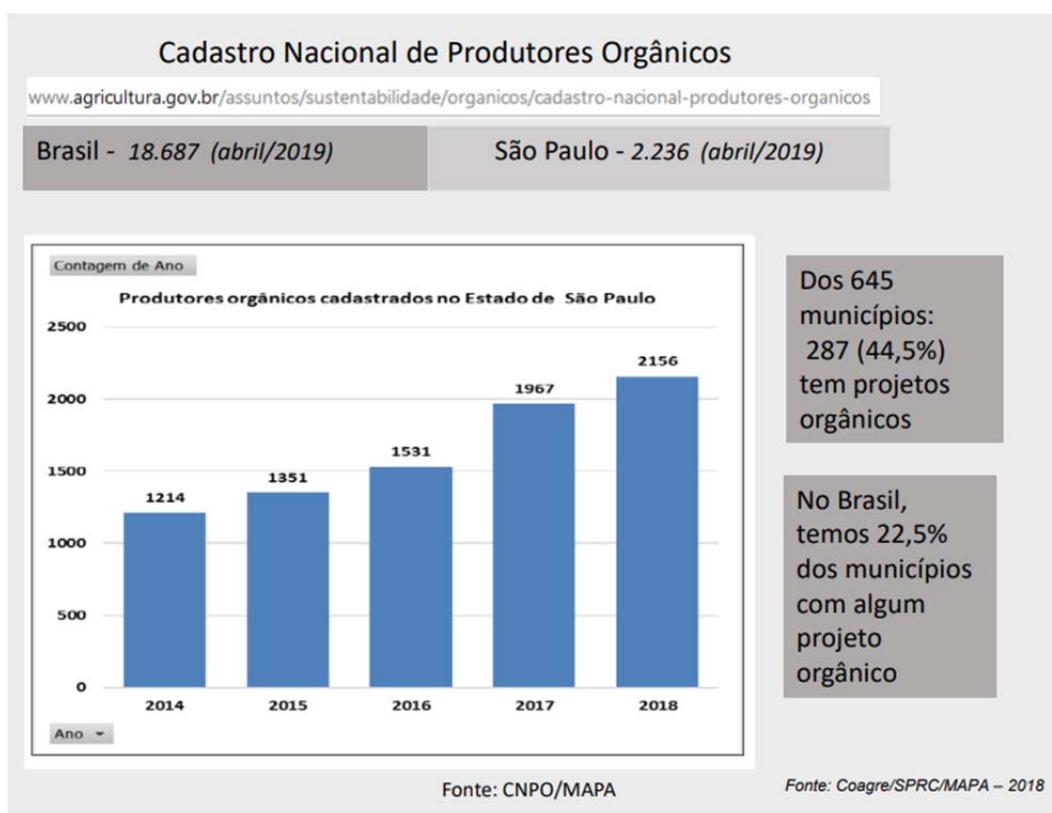
Conjuntura do Estado de São Paulo

Em São Paulo em 2018 foi instituída a Lei número 16.684 que define a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado. A lei ainda não foi inteiramente implementada. Para atingir a finalidade e as diretrizes desta lei, são previstas as seguintes ações a serem assumidas pelo Estado: criar linhas de crédito especial, de subsídio e fomento para apoiar processos de transição agroecológica e a produção orgânica; conceder estímulo tributário diferenciado e favorecido para empreendimentos;

produtos, insumos, tecnologias e máquinas para a agroecologia produção orgânica e sistemas agroflorestais; conceder incentivos e apoios aos municípios, consórcios de municípios e às regiões metropolitanas que criarem plano municipal ou regional de Agroecologia e de Produção Orgânica. e estabelecer mecanismos de pagamento por serviços ambientais às agricultoras e aos agricultores da zona rural, urbana e periurbana com sistemas agroecológicos, de produção orgânica ou em transição agroecológica.

O estado de São Paulo também possui algumas outras iniciativas de políticas públicas de produção orgânica e agroecológica como o Projeto ‘Guarapiranga Sustentável’ (SMA/SAA + prefeituras) junto com o projeto ‘Agricultura Limpa’ (PMSP) (Protocolo de Boas Práticas com a PMSP) (2010), São Paulo Orgânico (capacitações , rodadas de negócios, Bio Brazil Fair (2013), Produção de Sementes Orgânicas (CATI-CDRS) – Milho – (2014) e o Protocolo de Transição Agroecológica (2016).

O estado de São Paulo apresenta bons resultados quando comparados a nível nacional quanto a porcentagem de produtores orgânicos:



A PEAPO SP conta com alguns instrumentos (Artigo 7o) para corroborar sua atuação. Entre eles está a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO). A ATER visa melhorar a renda e a qualidade

de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.’

3.1 Programas municipais direcionados ao desenvolvimento da agroecologia em Parelheiros

O Plano Diretor Estratégico de 2014 foi essencial para o fomento das atividades agrícolas na região do extremo sul da cidade de São Paulo já que reinseriu a zona rural na legislação de ordenamento territorial municipal, a partir do reconhecimento de que na cidade ainda existem paisagens e funcionalidades rurais que oferecem serviços ambientais para a metrópole.

Ligue os Pontos

O projeto Ligue os Pontos foi lançado em 2017 vem sendo implementado desde 2018 e hoje já atinge cerca de 300 unidades produtivas. Trata-se de uma iniciativa elaborada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo em parceria com outras secretarias e entidades municipais. O projeto visa fortalecer o desenvolvimento sustentável e estreitar as relações entre o meio urbano e o território rural da Zona Sul de São Paulo através da chamada Cadeia da Agricultura a qual engloba iniciativas ligadas à produção, à comercialização e ao processamento de alimentos, fazendo uso de tecnologias para integrar e proteger as áreas cultiváveis do município da urbanização.

O Ligue os Pontos sustenta-se em três vertentes de atuação: Fortalecimento da Agricultura, Cadeia de Valor e Dados e Evidências. O Fortalecimento da Agricultura oferece Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a todos agricultores da Zona Rural Sul. Já a Cadeia de Valor visa fortalecer o acesso a mercados e incentivar novos negócios ligados à agricultura e à cadeia do alimento. Por fim, a esfera de Dados e Evidências coleta dados sobre a zona rural e agricultura em São Paulo para formular uma política pública cada vez melhor.

[...] Percebemos que ligando os pontos na cadeia de valor da agricultura local, tornando a produção mais rentável, os agricultores seriam encorajados a permanecer em suas terras e mesmo expandir a produção. Experiências bem sucedidas de economia compartilhada com tecnologia, o êxito de práticas de

governo aberto, e ainda o movimento crescente em prol da alimentação saudável e preservação ambiental nos inspiraram para este projeto. Percebemos então que a melhor forma de abordar o problema seria estabelecer conexões e sinergias entre as ações do poder público e iniciativas da sociedade. (Ligue os Pontos; 2020)

CAE Parelheiros

A CAE (Casa da Agricultura Ecológica) de Parelheiros surge em 2006 em decorrência do PROAURP (Programa de Agricultura Urbana e Periurbana). Atualmente é coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE). A CAE conta com suporte técnico de engenheiros e gestores ambientais com o intuito de fomentar o desenvolvimento rural sustentável (contemplando aspectos econômicos, ambientais e de saúde), segurança alimentar e nutricional e geração de emprego e renda, além de estimular e criar espaços de comercialização dos produtos.

É de responsabilidade da CAE a interlocução regional com as outras ações da prefeitura como melhorias de estradas e condições aos agricultores, articulação de feiras na região, eventos temáticos do desenvolvimento rural e os grupos do Programa Operação Trabalho Hortas e Viveiros da Comunidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), em Parelheiros.

A CAE também realiza o acompanhamento formal dos trabalhos das entidades que participam dos projetos do Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA) que promovem a agricultura e seu desenvolvimento, além da parceria com a Secretaria do Verde – com ações do Conselho das Áreas de Proteção Ambiental (APA's), e apoio as iniciativas do Polo Ecoturístico de Parelheiros com suas interfaces na agricultura. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018)

3.2 Ligue os Pontos: apoio a iniciativas e projetos sociais em andamento

Faces e Sustentabilidade

Faces e Sustentabilidade é um projeto em colaboração com o Ministério Público do Trabalho (MPT) no qual produtos locais frescos orgânicos ou com protocolo de transição agroecológica são fornecidos para preparação de marmitas repassadas para bairros carentes de São Paulo. Pessoas de grupos marginalizados como imigrantes, pessoas em situação de rua e população trans são contratadas para preparar as marmitas. O projeto funciona como um *link* entre demandas por alimentos na cidade e a oferta de produtos agrícolas dos produtores de Parelheiros. São feitas três entregas por semana e dados do Ligue os Pontos indicam que as cestas verdes contemplam cerca de 1000 marmitas diárias.

Campo Favela

A iniciativa Campo Favela conta com a Parceria do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), trata-se de um crowdfunding para angariar dinheiro e comprar produtos dos agricultores para montar cestas verdes subsidiadas e vender a preço de custo para comunidades carente na cidade de São Paulo, o dinheiro arrecadado (o lucro) retorna para o crowdfunding criando um ciclo continuado. O Campo Favela contribui para o escoamento dos produtos agrícolas e possibilita acesso a produtos frescos e saudáveis para a população vulnerável, até agora aproximadamente 5.000 famílias foram atendidas.

Os dois projetos, Campo Favela e Faces e Sustentabilidade, surgiram no período de pandemia e têm prazo de aproximadamente 3 meses, mas podem ser levados adiante já que têm apresentado ótimos resultados.

O Ligue os Pontos foi previsto para terminar em junho de 2020 com o fim da transferência de recursos financeiros da Bloomberg Philanthropies, uma organização filantrópica sediada em Nova Iorque. Porém, em função do contexto atual e outros problemas no início do projeto, o prazo foi estendido para executar atividades até março de 2021. Existe ainda a possibilidade de que o projeto se estenda para além no financiamento da bloomberg, com o apoio das secretarias.

Plataforma Sampa+Rural

A Plataforma Sampa+Rural foi lançada em setembro de 2020 e se apresenta como uma forma de conexão entre consumidores, agricultores e negócios e tecnologias de impacto social local, coletivos locais, turismo rural, entre outros. A plataforma é pública e aberta com dados oficiais da prefeitura na qual será possível acompanhar o que está acontecendo no território rural do município.

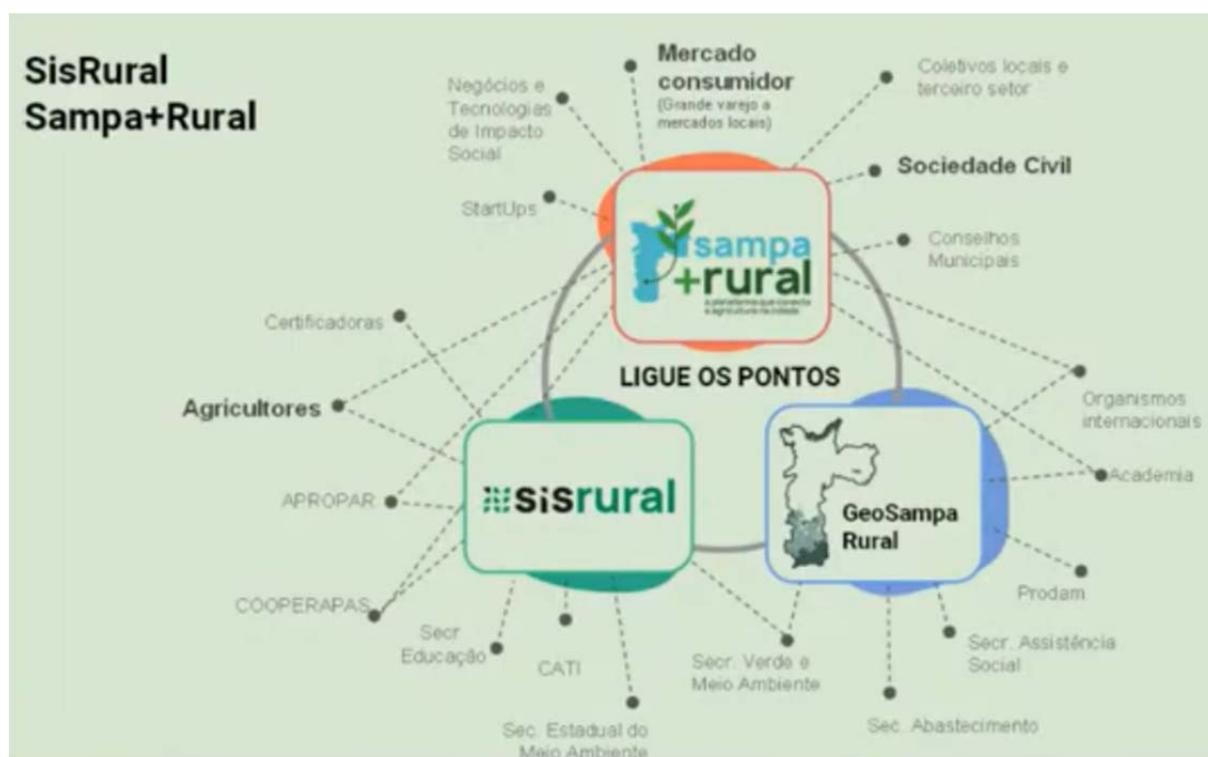
Os agricultores que querem se tornar visíveis na plataforma se cadastrarão e apresentarão seus produtos tendo o contato comercial disponibilizado para um mercado consumidor que quer acessá-los, haverá também um banco de dados de restaurantes que compram produtos orgânicos e protocolados. Os cidadãos podem conhecer produtores, feiras e restaurantes.

Sis Rural

O Sis Rural também foi lançado em setembro de 2020 e é um sistema digital de ATER para ajudar na coleta e análise de dados pela assistência técnica. É uma ferramenta de

trabalho que, diferente da Plataforma Sampa+Rural, não será aberta ao público, sendo específica para técnicos de campo, que terão seu trabalho muito facilitado já que até hoje a coleta de dados é feita de maneira analógica, tornando o processo de pesquisa dos profissionais muito lentos, com os dados consolidados será muito mais fácil e rápido endereçar focos de trabalho e as prioridades locais.

Infográfico das iniciativas



Fonte: Ligue os Pontos

Linhas de ação

As atuais frentes chave adotadas pelo Ligue os Pontos para dar continuidade e expandir o fortalecimento da agricultura no extremo sul do município de São Paulo, de acordo com Nicole Gobeth (gestora Ligue os Pontos), são:

- Manter assistência técnica para 160 produtores em direção à transição agroecológica e produção orgânica em parceria com a Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSsub) e com a Casa da Agricultura Ecológica (CAE);
- Lançar o 1º edital de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do município de São Paulo em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA);

- Conduzir análises de solo e água aos atendimentos pelo projeto e inserir diretrizes para o Programa de Saneamento Rural em Parelheiros;
- Legalizar a documentação dos produtores/as para acesso a mercados.

3.3 Programas e serviços públicos em ação em Parelheiros

PAVS

O Programa Ambiente Verdes e Saudáveis (PAVS) foi elaborado pela Secretaria Municipal do Verde período entre 2005 e 2008 em parceria Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e ainda teve suporte e transferência de recursos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Ministério da Saúde (MS) . O programa foi pensado com o objetivo de fortalecer a gestão intersetorial em questões ambientais com impacto sobre a saúde da população, envolvendo a promoção de atitudes voltadas à preservação, conservação e recuperação ambiental e a promoção e proteção da saúde da população (Prefeitura de São Paulo; 2019).

O PAVS funciona de maneira transversal e integrada, especialmente acerca dos temas de saúde e meio ambiente. O programa tem como foco a intersetorialidade a nível local (muitos projetos são feitos em articulação com as subprefeituras) e tem como eixos temáticos Horta e Alimentação Saudável; Biodiversidade e Arborização; Gerenciamento de Resíduos Sólidos; A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública); Revitalização de Espaços Públicos; Cultura e Comunicação; Água, Ar e Solo, que conversam diretamente com as diretrizes agroecológicas.

TEIA Adesampa

O TEIA é um programa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, coordenado e executado pela Agência São Paulo de Desenvolvimento — ADE SAMPA, que nasceu em 2019 e tem como objetivo a criação de espaços de coworking públicos e gratuitos na cidade de São Paulo, especialmente em regiões periféricas, atualmente o projeto conta com quatro unidades no município de São Paulo, sendo uma na região de Parelheiros.

O TEIA também oferece mentorias e cursos para fomentar o empreendedorismo identificando demandas e necessidades dos usuários, acompanhando e auxiliando o

desenvolvimento de seus projetos e conectando-os aos demais atores do ecossistema, como o governo, investidores, empreendedores e empresas.

CATI

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), sediada em Campinas (SP) e criada em 1967, é um órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (DECRETO nº 41.608 de 24/2/1997), com a missão de “Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”.

A CATI presta assistência técnica aos agricultores e apoio como ajuda na obtenção de crédito, seguro rural, transferência de tecnologia, planejamento da propriedade, elaboração de projetos de recuperação do solo, reflorestamento, adequação de estradas rurais, entre outros (CATI, 2020).

Seus programas e projetos estimulam ações programadas e integradas. Visam incentivar a adoção de práticas conservacionistas, por meio do Projeto Integra SP; estimular a produção agropecuária com sustentabilidade econômica, social e ambiental, envolvendo todos os elos das cadeias produtivas que envolvem pequenas e médias propriedades e, por meio do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, uma parceria entre o governo do Estado e o Banco Mundial, ampliar as oportunidades de negócios, principalmente dos produtores familiares, com a realização de capacitações na área de comercialização e liberação de recursos para a implementação de empreendimentos como agroindústrias, packing houses ou outros com vistas a atender o mercado consumidor, revertendo em melhoria de renda para as famílias rurais.

Além dos diversos projetos da CATI, as Casas da Agricultura investem esforços em ações diretas ou articuladas com outras entidades para garantir o acesso dos produtores rurais a políticas públicas em diversas áreas como crédito rural, seguro subsidiado, geração de renda e adequação ambiental. Entre os programas disponíveis destacam-se: o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap/Banagro), o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA).

(CATI, 2020).

3.4 Atores no cenário da Agroecologia em Parelheiros

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (Comusan)

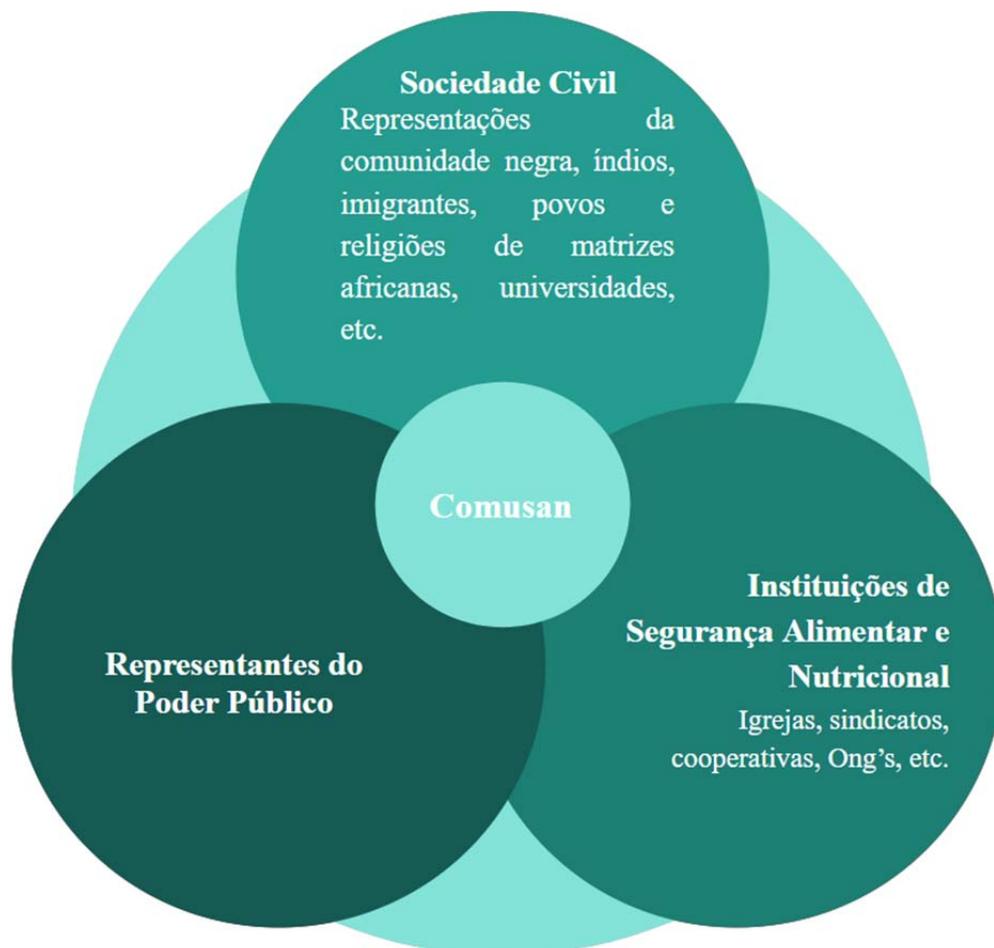
O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo surgiu em 2001 na I Conferência Municipal de Segurança Alimentar de São Paulo. O conselho visa articular membros do poder público, setores da sociedade civil organizada e entidades ligadas à segurança alimentar.

O Conselho tem caráter consultivo, suas atividades envolvem a proposição, acompanhamento e fiscalização das ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional, a articulação de áreas do governo municipal com as organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas ao combate das causas da miséria e da fome, além do incentivo de parcerias de caráter regional que garantam mobilização dos setores envolvidos e racionalização do uso dos recursos disponíveis. O Comusan também recebe denúncias da população sobre assuntos referentes à alimentação e nutrição.

(Prefeitura de São Paulo; 2019)

Atualmente o nível de participação de representantes da sociedade civil no Comusan aumentou significativamente, correspondendo a quase dois terços dos membros do conselho, além de ter eleito o primeiro presidente deste grupo. Essa participação empodera e estimula uma cidadania ativa que visam construção de políticas públicas ou controle das já existentes ligadas a iniciativas de agricultura para além das hortas comunitários (Biazoti, A.; 2020).

Estrutura Comusan:



Fonte: Elaboração própria.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS)

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS) nasceu em 2014 através do artigo 192 da Lei 16.050, é um órgão de instância colegiada, de natureza permanente, consultiva, de composição paritária, e vinculada à da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET. (Prefeitura de São Paulo; 2020).

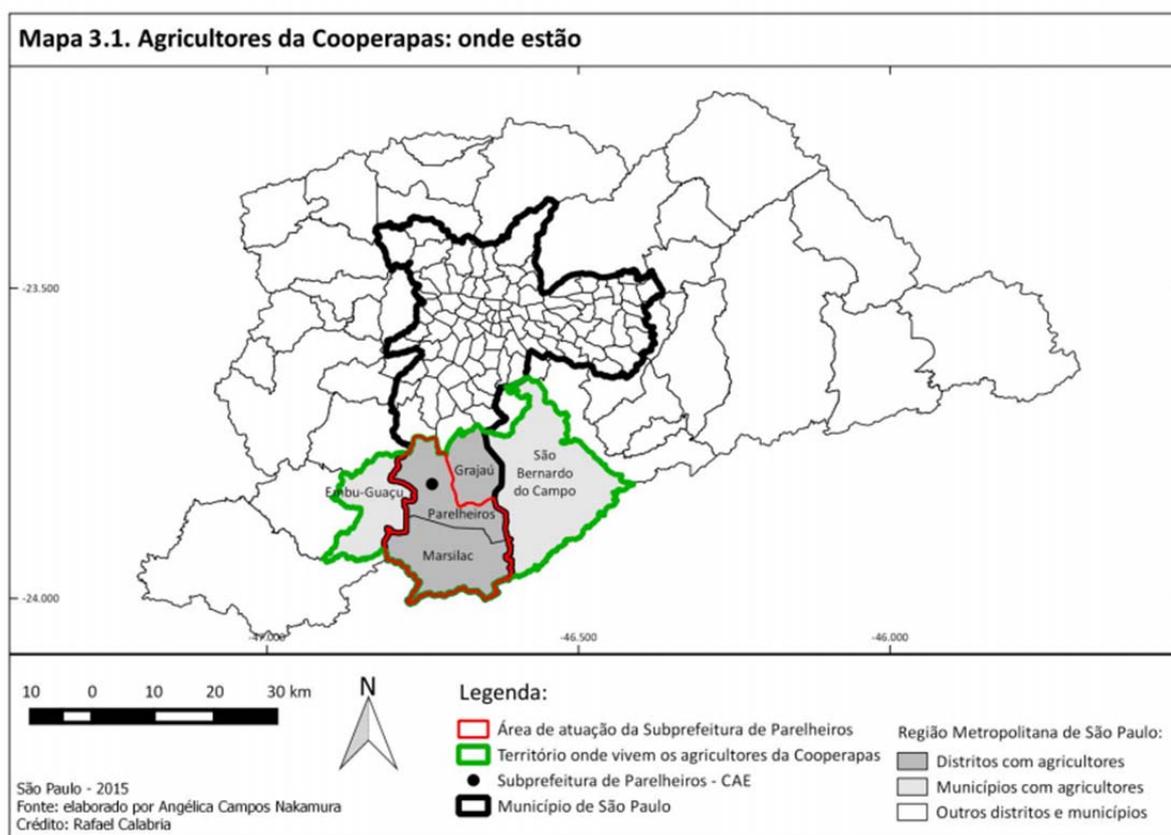
O conselho tem como objetivo propor, desenvolver, implementar e monitorar políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. O CMDRSS apoia organizações e movimentos de agricultores do município de São Paulo no auxílio de controle social das políticas públicas:

Cabe ao CMDRSS receber, analisar e realizar encaminhamento, quando necessário, aos órgãos competentes, referente às denúncias e demandas dos agricultores do município de São Paulo, assim como subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PMADRSS, previsto no artigo 191 do Plano Diretor Estratégico. As reuniões do CMDRSS ocorrem na última quinta-feira de cada mês e é aberta à participação de cidadãos e cidadãos interessados. (Prefeitura de São Paulo; 2020)

Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas)

A Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas) é uma cooperativa dos agricultores do território do extremo sul do município de São Paulo. A iniciativa se concretizou em 2011 com o intuito de fortalecer a comercialização dos produtos agrícolas orgânicos da região. Os cooperados trabalham com

os princípios de agroecologia e produção orgânica com os quais também se pressupõem preservação e restauração do meio ambiente.



A criação da Cooperapas vem de um contexto de criação de políticas públicas voltadas para agricultura urbana no município de São Paulo (Nakamura, 2017). Novas formas estão surgindo para que as cooperativas se concentrem em aproximar os mercados locais, por meio de parcerias com os consumidores e para que os selos orgânicos venha, por certificações participativas (SPG) e organizações de controle social (OCS) (SOUZA et al, 2013).

Dois marcos legais importantes para a Cooperapas foram o Plano Diretor de 2002 e o de 2014. O primeiro incluiu a agricultura urbana na legislação e o mais recente por reestabelecer uma zona rural e dar atenção às atividades agrícolas.

Há também os mecanismos de garantia da qualidade dos produtos orgânicos - vale ressaltar que agricultura orgânica e agroecologia são práticas distintas, mas essas ferramentas de expansão de mercado e agregar valor aos produtos são úteis para ambas, as diferenças serão melhor explicitadas no item “4.1” - que são Sistema Participativo de Garantia (SPG), Certificação por Auditoria e Controle Social para Venda Direta. Além do Instituto Nacional

de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, o órgão regulamentador dos produtos orgânicos é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Dentro desses mecanismo reguladores atuam os próprios agricultores, o que aumenta sua participação na iniciativa, atenção nos processos de manejo do solo e da água e fomentam a fiscalização dos demais agricultores para que estes também estejam cumprindo as normas para obtenção das certificações. Além disso, há, muitas vezes, nas reuniões, por exemplo, a presenças de pessoas interessadas consumidor e, claro, de técnicos.

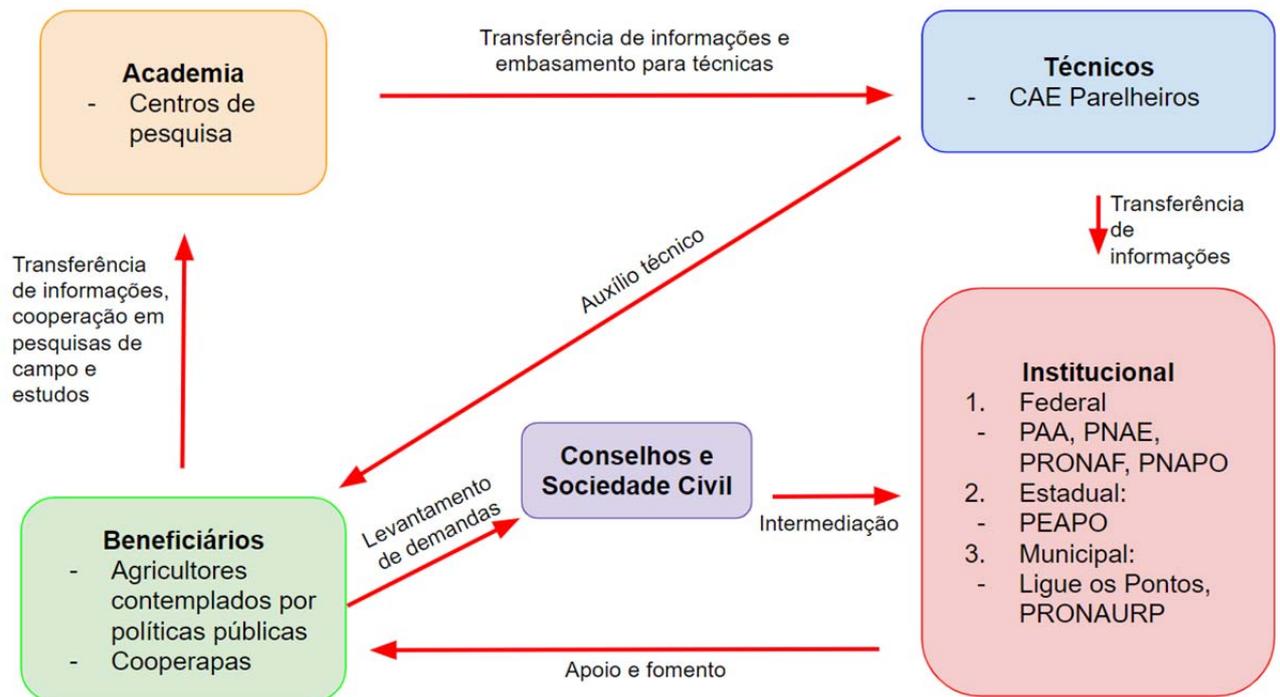
Outros marcos legais

Existem outras iniciativas que são potenciais colaboradoras a agroecologia de maneira geral:

- A Lei 13.666/18, a qual introduz a “educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar”, é fundamental que este debate seja feito no interior das escolas;
- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.
- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública .O programa estimula a produção e consumo de produtos agroecológicos e orgânicos.

Todas essas iniciativas fomentam o consumo de alimentos mais saudáveis e sustentáveis dentro de espaços de alcance do governo, representando oportunidades para comercialização de produtos agroecológicos.

Como forma de ilustrar as relações percebidas entre os atores que se atuam no desenvolvimento da agroecologia em Parelheiros, foi desenhado o seguinte esquema que propõe um mapeamento dos atores por tipo de contribuição e ação que lhe define mais claramente.



Fonte: Elaboração própria

3.5 Perspectivas e desafios para a agroecologia em Parelheiros

A situação do mercado dos agricultores e agricultoras em Parelheiros, apesar de promissora em tantos aspectos, apresenta muitos gargalos.

Produção versus comercialização

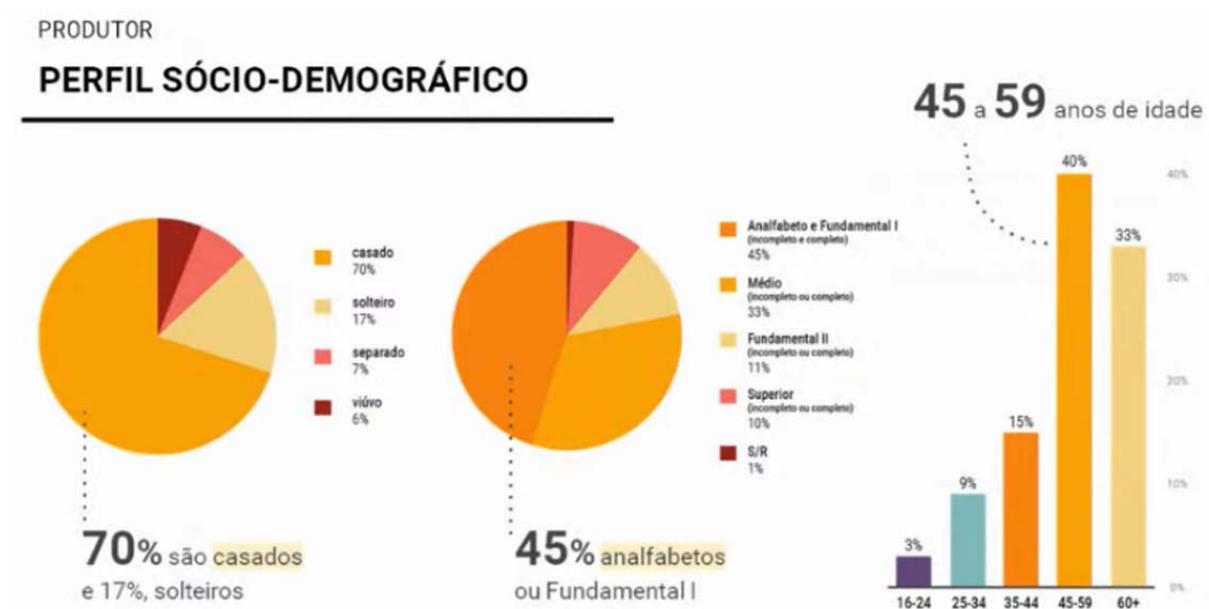
Há um déficit considerável entre o que é produzido e o que é comercializado.



Fonte: Ligue os Pontos

Assim, fica clara a dificuldade logística e técnica dos produtores evidenciando ainda mais a importância de iniciativas de assistência técnica.

Questões sócio-demográficas



Fonte: Ligue os Pontos

Analisando o perfil sócio-demográficos das produtoras e produtores de Parelheiros percebe-se que a maior parte são casados e com idade entre 45 e 59 anos. Há na região um

grave problema de sucessão já que os jovens, especialmente os filhos e filhas dos produtores não têm perspectiva em dar continuidade ao projeto de plantio dos pais.

Além disso, parte considerável desses produtores, cerca de 45%, é analfabeto ou completou apenas o Fundamental II, ou seja, eles certamente terão dificuldade em precificar, divulgar e regularizar sua produção ou acessar o mercado consumidor. Daí a importância de uma das frentes do Ligue os Pontos que auxilia produtores na regularização de seus negócios e para que estes não percam oportunidades como, por exemplo, editais de compras públicas que ampliaram suas vendas. Muitos dos agricultores e agricultoras não têm documentações básicas e essenciais.

4.0 Considerações finais

Conforme já apresentado neste artigo, o objetivo central desta pesquisa foi compreender as perspectivas das políticas públicas voltadas à agroecologia no Brasil e analisar as contribuições de políticas e programas municipais de apoio à agroecologia na região de Parelheiros em São Paulo.

Com o estudo teórico e análise documental foi possível perceber uma perspectiva histórica das políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal no que diz respeito à agricultura urbana e agroecologia. Também foi possível compreender os impactos dessas políticas para os agricultores de Parelheiros e atores impactados no território. Em razão da pandemia do novo coronavírus e da quarentena iniciada em 22 de março de 2020 houve dificuldade de acesso alguns aspectos do estudo como visitas e entrevistas, o que deixa em aberto novas possibilidades de pesquisa para investigação das experiências vividas pelos agricultores e ampliação de perspectivas de análise.

Em direção a uma análise final, os resultados de pesquisa foram sumarizados em três dimensões.

Políticas Públicas

Os objetivos específicos definidos de (i) levantar e discutir as tendências apontadas pelas políticas públicas federais relacionadas à agroecologia desde 2003, primeiro período do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, (ii) analisar as perspectivas apontadas para a agroecologia pela PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no estado de São Paulo e o estágio de implementação da política e (iii) levantar e discutir as

tendências apontadas pelas políticas públicas relacionadas à agroecologia, no município de São Paulo; permitiram uma leitura ampla das perspectivas da agroecologia para os próximos anos.

A partir da análise da trajetória das políticas públicas relacionadas à agroecologia no Brasil nos três níveis de governo percebe-se um desmonte, especialmente no âmbito federal, de órgãos e instituições com um papel institucional e de representatividade muito importantes, como descrito neste trabalho.

Apesar dos esforços regionais e locais, como a tentativa de implementação das PEAPOs que representam um avanço imenso no fomento a atividades agroecológicas, a falta de articulação e a falta de repasses inviabilizam políticas mais efetivas.

Papel social

Nos últimos meses houve um aumento expressivo na demanda por alimentos. Isso se deu, além de outras variáveis, pelo aumento da demanda global de economias em processo de recuperação que antes estavam sofrendo impactos gerados pela pandemia do novo coronavírus. Somado a esse fator, a alta do dólar fez com que a exportação se tornasse mais atrativa para o agronegócio, o que fez diminuir a disponibilidade de alimentos no Brasil mesmo com o país plantando e produzindo. Ou seja, mais uma vez fica clara a vulnerabilidade da população brasileira no que tange segurança alimentar dada a condição do país de exportador de commodities. Na contramão da crise atual na qual um pacote de cinco quilos de arroz que usualmente custa quinze reais chegar a custar quarenta, produtores orgânicos do Movimento Social dos Sem Terra (MST) mantiveram o preço justo e distribuíram toneladas de alimentos frescos para a população gratuitamente.

A agricultura familiar mostra-se protagonista na construção de sistemas alimentares saudáveis, economicamente viáveis, e ecologicamente sustentáveis. O Brasil enquanto agente na cadeia global de commodities revela a condição do capitalismo individualista e competitivo que abala iniciativas de cooperativismo e economia solidária adotadas inclusive por parte dos atores listados neste trabalho. No lugar dos mercados agrícolas controlados pelos impérios alimentares, responsáveis pela desconexão sociocultural e econômica da agricultura em relação aos territórios, o enfoque agroecológico orienta o desenvolvimento de sistemas alimentares territorializados a partir da iniciativa autônoma de redes locais formadas

por produtores/as, processadores/as, distribuidores/as e consumidores/as. Entende-se, assim, o potencial empoderador das práticas agroecológicas.

Importância ambiental

Por fim, a característica multifacetada da agroecologia contempla também o aspecto ambiental. A não utilização de agrotóxicos e tecnologias químicas da agricultura convencional aproximam a ecologia dos territórios às práticas agrícolas. Seja nativa ou exótica, cultivada ou não, a biodiversidade mantida e manejada nas paisagens agrícolas segundo princípios agroecológicos é responsável pela captação e conversão da energia solar em biomassa. Com muito baixa ou nula dependência de insumos comerciais e de energia externa, essa biomassa é colhida para o atendimento das necessidades econômicas e alimentares das famílias agricultoras, sendo também reciclada no próprio (agro)ecossistema, realimentando as funções ecológicas responsáveis pela manutenção da fertilidade dos solos e a sanidade dos cultivos e criações. A produção agroecológica é um elemento fundamental para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Assim, pode-se, com essa pesquisa estruturar percepções sobre avanços e retrocessos da agroecologia enquanto pauta pública e identificar impasses para a adoção de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento da agroecologia em Parelheiros, o que torna-se ainda mais relevante, considerando-se os declínios percebidos na política federal relacionada a este campo.

Como sugestão de continuidade da pesquisa, seria interessante realizar um acompanhamento sobre a evolução e os desdobramentos dos novos programas Plataforma Sampa+Rural e Sis Rural lançados em setembro de 2020 pelo Ligue os Pontos

5.0 Referências

ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do RJ; 2020. “O que é o SPG”. Disponível em: <<https://abiorj.org/o-spg-explicado/>>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

Adams, C., Borges, Z., Moretto, E., & Fudemma, C. (2020). Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor?. *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, 25(81).

Altieri, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Assis, W.; Ávila, M.; Niederle, P.; Petersen, P.; Sabourin, E.; Schmitt, C.; 2019. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, janeiro - abril, 2019. ISSN 1982-6745.

Biazoti, André Ruoppolo (Catálogo USP); 2020. “Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo”.

Bensadon, L., 2019. A agroecologia como um problema público: um olhar a partir da trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/57650/38443>.

Bonnal, Philippe; Delgado, Nelson Giordano; Leite, Sérgio P.; 2007. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais IICA-OPPA/CPDA. Disponível em:

http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/375/Desenvolvimento%20Territorial_articula%20de%20pol%20p%20b%20e%20atores%20sociais.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Brasil. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. República Federativa do Brasil, 2012.

Caporal, F. R.; Costabeber, J.A.. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: UFSM/Pallotti, p. 157- 194. 2003.

Cartilha Agroecológica de Produção Familiar, Brasil; 2020. Disponível em: <<http://agroecologia.gov.br/sites/default/files/publicacoes/CARTILHA-AGROECOLOGIA-DE-PRODU%C3%87%C3%83O-FAMILIAR.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020.

Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) Regional São Paulo. Encontro virtual: Produção de Alimentos em São Paulo; 4 ago. 2020. Disponível em: <http://youtube.com/c/CDRSagricultura>. Acesso em: 5 ago. 2020.

Cefaï, Daniel. “Qu’Est-ce qu’une Arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste”. In: Cefaï, Daniel; Joseph, Isaac (Orgs.). L’Héritage du pragmatisme. La Tour d’Aigues: L’Aube, 2002.

Colonna J., Da Silva L., Guéneau S., Sabourin E.. Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais, 2019. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/594268/1/ID594268.pdf>.

CONTAG; 2020. Disponível em : <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=315&nw=1>. Acesso em: 6 de junho de 2020.

Coradello, Mara Adriana; 2015. “Sistematização da experiência da Cooperapas: uma cooperativa de agricultores agroecológicos de Parelheiros”. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Costa, M. AAO: Um pouco de história. Associação de Agricultura Orgânica. São Paulo. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/quem-somos.php>> . Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

De Torres Álvarez M.F., Arbeletche P., Sabourin E., Cardelliac Gula J., Massardier G. La agricultura familiar entre dos proyectos nacionales de desarrollo en Uruguay In Revista Eutopia, N° 6, 2014, pp25-40 <http://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/1424>.

Dos Santos, A. D. S. et al. Trajetória e desdobramentos da construção da Caravana Agroecológica e Cultural de Sergipe. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, 2016.

EMBRAPA. Marco referencial em agroecologia. Brasília, DF: Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), 2006.

FAO/INCRA, 1994. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável; versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/O36. Disponível em : <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=591917&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22GUANZIROLI,%20C.%22&qFacets=autoria:%22GUANZIROLI,%20C.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>>.

Ferrarezi Junior, Edegar; 2019. “APLICAÇÃO DO SISTEMA FUZZY DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA”. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual Paulista; Jaboticabal; 2019.

Figueiredo, Eduardo; Montebello; Adriana Estela S.; Norder, Luiz Antônio C.; 2020. “Organização e práticas de economia solidária com agricultores familiares: o caso do instituto chão”. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 3, p. 10348-10370, mar. 2020.

Freguin-Gresh S. ; Perez F. Agricultura familiar y capitalismo agrario en las políticas públicas de Nicaragua: entre dualidad y compromiso In Revista Raizes, N° 38, 2018 no prelo.

Feiden, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. p. 50-70.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2020. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 6 de junho de 2020.

Gohn, M da G. Movimentos sociais na contemporaneidade Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maioago. 2011.

Instituto Escolhas; 2020. Entrevista do mês – Nicole Gobeth: “Temos que olhar para a zona rural de São Paulo e pensar políticas que protejam e viabilizem economicamente e socialmente um ambiente que é parte da cidade”. Disponível em: <https://www.escolhas.org/entrevista-do-mes-nicole-gobeth-temos-que-olhar-para-zona-rural->

[de-sao-paulo-e-pensar-politicas-que-protejam-e-viabilizem-economicamente-e-socialmente-um-ambiente-que-e-parte-da-cidade/](#). Acesso em: ago. 2020.

Instituto Feira Livre; 2020. Disponível em: <https://www.institutofeiralivre.org/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

Kalil, L. M.; Marra, C. A. As contribuições da Marcha das Margaridas para o avanço da pauta agroecológica no Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2016.

MAPA. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br> . Acesso em 9 de junho de 2020.

Martins, M. D. Movimentos sociais no campo; alguns desafios a reflexão teórica. Ijuí, Unijui, 2013. Dissertação de Bacharel de Sociologia.

Mattei, Lauro; 2018. A POLÍTICA AGRÁRIA E OS RETROCESSOS DO GOVERNO TEMER. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.12, n.2, p. 293-307, 2018. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>

Mattei, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. *OKARA: Geografia em debate*, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018.

Muñoz, C. M. G. et. al. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). *Rev. con. Sociol.Rural* vol.54 no.2 Brasília Apr./June 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781 806-947900540209>

Nakamura, Angélica C.; 2017. “Cooperapas: Agricultura e Cooperativismo no Extremo Sul do Município de São Paulo”; 2017. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

NEXO Jornal; Roubicek, Marcelo; 2020. “Por que os preços dos alimentos estão subindo na pandemia”. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/09/09/Por-que-os-pre%C3%A7os-dos-alimentos-est%C3%A3o-subindo-na-pandemia>. Acesso em: 10 set. 2020.

Niederle, P. A. et al. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, v. 24, n. 1, p. 270-291, 2019.

Norder, L.A.; Lamine, C.; Bellon, S.; Brandenburg, A.. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 1-20, 2016.

Oliveira, E.; Silva J.; Gomes, T.; Joseph, D.; Montebello, A.; Marjotta-Maistro, M. Análise do Pronaf Agroecologia numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. In: X Congresso Brasileiro de Agroecologia, Brasília, Setembro de 2017.

Petersen, Paulo; Monteiro, Denis; 2020. “Agroecologia ou Colapso (2)”. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/05/06/agroecologia-ou-colapso-2-por-paulo-petersen-e-denis-monteiro/>. Acesso em: 10 set. 2020.

Petersen, P.; Mussoi, E. M.; Dal Soglio, F. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: advances and challenges. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n. 1, p. 103-114, 2013.

Sabourin, E. « Analyse socio-historique de la politique d’agriculture familiale au Brésil », *Brésil(s)* [En ligne], 13 -2018, mis en ligne le 31 mai 2018, consulté le 09 juin 2018. URL : <http://journals.openedition.org/bresils/2439> ; DOI : 10.4000/bresils.2439

PLANAPO. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

Prefeitura da Cidade de São Paulo; Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Departamento de Agricultura; 2018. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/abastecimento/agricultura_urbana/index.php?p=153588. Acesso em: 9 de junho de 2020.

Prefeitura de São Paulo, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/participacao_social/index.php?p=269617. Acesso em: 5 ago. 2020.

Prefeitura de São Paulo; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN/SP; 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/abastecimento/index.php?p=207805#:~:text=Assim%20como%20a%20C%C3%A2mara%20Intersecretarial,de%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricional.> Acesso em 4 ago. 2020.

Prefeitura de São Paulo; Programa Ambiente Verdes e Saudáveis (PAVS); 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/pavs/index.php?p=215712. Acesso em: 4 ago. 2020.

Programa Ligue os Pontos. Disponível em: <https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Revista Forum; Teles, L.; 2020. “MST vende arroz barato e reafirma seu papel estratégico no combate à fome”. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/movimentos/mst-vende-arroz-barato-e-reafirma-seu-papel-estrategico-no-combate-a-fome/>. Acesso em 10 set. 2020.

Rezende, Fernanda; 2019. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; Grupo de Estudos de Agricultura Urbana. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-de-estudo/grupo-de-estudos-de-agricultura-urbana>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

Sabourin E. 2017. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In : Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro. Delgado G. C., Bergamasco S M P P (eds.). Brasília : MDA), pp 265-291.

Sabourin E., Samper M., Sotomayor O. (Eds) 2015. Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas. San José, C.R. IICA, 380p.
<http://www.iica.int/es/content/pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-y-agriculturas-familiares-en-am%C3%A9rica-latina-y-el-caribe>

Sabourin, E.; Patrouilleau, M.M.; Le Coq, J.F.; Vasquez, L.L.; Niederle P. (Organisateurs) 2017 Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe, Porto Alegre: Criação Humana/Red PPAL/FAO; 412p; ISBN 978-85-88022-22-5

Sabourin E., Le Coq J.-F., Fréguin-Gresh S., Marzin J., Bonin M., Patrouilleau M. M., Vázquez L., Niederle P., 2018. Public policies to support agroecology in Latin America and the Caribbean, CIRAD, Montpellier, Perspective 45. <https://doi.org/10.19182/agritrop/00020>.

Sabourin E., 2018. Trajetórias, institucionalização, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar em perspectiva comparada. Disponível em: [http://oppa.net.br/acervo/eventos/Apresentacao%20Eric%20Sabourin%20-%20Desmonte%20Politic%C3%A1s%20AF%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina%20\(texto%20base\)%20-%20Seminar%C3%ADo%20Politic%C3%A1s%20P%C3%BAblicas%20Meio%20Rural%20Brasileiro%202018.pdf](http://oppa.net.br/acervo/eventos/Apresentacao%20Eric%20Sabourin%20-%20Desmonte%20Politic%C3%A1s%20AF%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina%20(texto%20base)%20-%20Seminar%C3%ADo%20Politic%C3%A1s%20P%C3%BAblicas%20Meio%20Rural%20Brasileiro%202018.pdf)

Sabourin, E. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina. In: Seminário Políticas Públicas para Meio Rural Brasileiro no Período Recente: Mudanças, Continuidades e Rupturas, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA/OPPA, 2018.

Sambuichi, R. H. R. et al. Análise da construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil. Brasília: IPEA, 2017.

Sambuichi, R. H. R. et al. Avaliação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: primeiros resultados In: 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Agroecologia.

São Paulo (Cidade). Secretaria da Cultura. Teia Taipas. Cidade de São Paulo Cultura, São Paulo, set. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/ericoverissimo/index.php?p=26707>. Acesso em: 26 mar. 2020.

São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Bruno Covas inaugura o Teia Taipas, espaço colaborativo de trabalho gratuito com qualificação empreendedora. Cidade de São Paulo Desenvolvimento Econômico e Trabalho, São Paulo, mai. 2019. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/noticias/index.php?p=276903>> . Acesso em: 26 mar. 2020.

Sauer, S. Medida Provisória ou de exceção? Decreto regulamentando a grilagem. Boletim DATALUTA, v. 124, p. 2-9, 2018.

Schmitt, C. et al. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la agroecología. In: POLÍTICAS públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe. Porto Alegre: Criação Humana/ Red PP-AL/FAO, 2017. p. 73-122.

Schneider, S.; Cazella, A. A. e Mattei, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Schneider, S.; Kunrath Silva, M.; Moruzzi Marques, P. E. (Orgs.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2004, 252p., p. 21-49. (Série Estudos Rurais).

Schneider, S.; Silva, M.; Marques, P.; (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável; Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.cdrs.sp.gov.br/portal/institucional/quem-somos>>. Acesso em 08 de junho de 2020.

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); 2020. Disponível em: <[http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa#:~:text=Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20\(PAA\),e%20incentivar%20a%20agricultura%20familiar.>](http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa#:~:text=Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20(PAA),e%20incentivar%20a%20agricultura%20familiar.>)>. Acesso em: 6 de junho de 2020.

Silva, Priscila Luiza; Souza, Cláudia de; 2015. Experiência de avaliação de políticas públicas: o caso da política de agroecologia brasileira. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 10, Nº 3 de 2015.

Silveira, Rafael Augusto B.; 2019. Programa TEIA: Espaço Público de Trabalho Colaborativo. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28603/Trab.%20individual%20-%20TEIA-%20Rafael%20Silveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Sober; 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia e Rural (SOBER), 2016, Maceio.

Souza, André Ricardo. “Economia Solidária: um movimento nascente na crise do Trabalho”In:____. et al. (Org.) Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.p.27-44.

Trovatto, C. M. M. et al. (ORG) A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: Capítulo A Construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Um Olhar Sobre a Gestão do Primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Ipea, 2017.